



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0019

BI-2022-0023

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 15/02/2022

Hora: 16h40

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: Cláudia MFG. Rosa

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto. Inspeção de seguimento da inspeção com a referência BI-2020-0088 e verificação das irregularidades constantes do ofício com a referência SAI-2021-0698.

No local foi contactado o proprietário da empresa José Almerindo Ramos Freitas.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: José Almerindo Ramos Freitas

NIPC/NIF: 154157279

Sede/morada: Pico dos Loiros, nº 1

Código Postal: 9800-505

Freguesia: Velas (São Jorge)

Concelho: Velas

Ilha: Ilha de São Jorge

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Cascalheira do Pico dos Loiros

Endereço: Pico dos Loiros, nº 1

Código Postal: 9800-505

Freguesia: Velas (São Jorge)

Concelho: Velas

Ilha: Ilha de São Jorge

Atividade principal: 08121 - Extracção de saibro, areia e pedra britada

Outras atividades: -

Período de funcionamento: -

Licenciamento da atividade: Alvará de Licença de OGR n.º 1/DRA/2018



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Na inspeção realizada em 27/10/2020 foram identificadas algumas irregularidades, comunicadas ao operador através do ofício n.º SAI-2021-0698, de 28/04/2021, nomeadamente o incumprimento dos termos e condições constantes do respetivo título - condições fixadas nas alíneas abaixo transcritas, dos n.º 2 e 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 1/DRA/ 2018:

- c) *“As áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos”;*
- d) *“As áreas de armazenagem de matérias, primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente, estão delimitadas e identificadas”;*
- e) *“Está disponível um sistema de pesagem para quantificar e registar os resíduos admitidos”;*
- f) *“Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento da informação no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”;*
- h) *“Estão definidas e implementadas medidas que visam a segurança da circulação de viaturas na instalação e respetivos acessos”.*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspecção Regional do Ambiente

2.2 – Descrição da situação observada

Na inspeção de seguimento, realizada em 15/02/2022, foi possível verificar que, das irregularidades acima identificadas, apenas tinha sido regularizada a constante da alínea e), uma vez que já tinha instalado uma báscula para quantificação dos resíduos admitidos e que a mesma se encontrava operacional.

Relativamente às obras para construção das baias e restantes estruturas de apoio à operação de gestão de resíduos, as mesmas encontravam-se paradas por indicação do município de Velas.

Foi verificado, na referida zona de gestão de resíduos, a existência de uma quantidade considerável de REEE depositados diretamente em solo não impermeabilizado e em local não coberto, sendo que o operador não dispunha, de acordo com o ponto 2 da licença n.º 1/DRA/2018 e respetiva adenda, de autorização para gerir essa tipologia de resíduos. Referiu que procede ao seu desmantelamento e encaminhamento para o continente português.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 2 a 6 – REEE diversos e resíduos resultantes do seu desmantelamento depositados nas instalações do OGR.

Entre os REEE existentes no local foi possível identificar diversas arcas frigoríficas (sem motor), máquinas de lavar roupa e máquinas de lavar louça (LER 200136), televisões (LER 200135*), metais ferrosos e não ferrosos diversos (LER 200140).

No pedido de revisão da licença n.º 1/DRA/2018, submetido pelo operador em 06/11/2020, com a referência n.º DSR/AltOpera/043, o mesmo procedeu à eliminação de algumas tipologias de resíduos, nomeadamente a correspondente ao código LER 200140.

2.3 – Outras informações obtidas

O operador, em 03/03/2022 via email, comunicou/solicitou à entidade licenciadora (DRAAC) a cessação do alvará de licença de operador de gestão de resíduos n.º 1/DRA/2018, válido até 30 de junho de 2022. Informou que iria desativar o Centro de Resíduos do Pico dos Louros, procedendo à remoção das estruturas existentes de apoio à gestão de resíduos, bem como à recolha, limpeza e devido encaminhamento dos resíduos atualmente detidos para operadores licenciados. Previu um período máximo de 60 dias para o desenvolvimento e conclusão dos trabalhos previstos, sendo que, findos os trabalhos de limpeza e remoção das infraestruturas e resíduos, irão solicitar uma inspeção por parte dos serviços da DRAAC, para que possa ser verificada a respetiva conformidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do n.º 2 do art.º 229.º do diploma citado, nomeadamente das condições fixadas nas alíneas abaixo transcritas, dos n.º 2 e 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 1/DRA/ 2018, punível nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2 000 a €40 000 (pessoa singular, alínea a) do n.º 3)
 - c) *“As áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos”;*
 - d) *“As áreas de armazenagem de matérias, primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente, estão delimitadas e identificadas”;*
 - e) *“Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento da informação no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”;*
 - i) *“Estão definidas e implementadas medidas que visam a segurança da circulação de viaturas na instalação e respetivos acessos”;*
2. Realização de operações de gestão de resíduos sem licença, nomeadamente o armazenamento, triagem e desmantelamento de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) – Código LER 200135* e 200136, bem como de outros metais ferrosos e não ferrosos – Código LER 200140, uma vez que essas tipologias de resíduos não constam do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 1/DRA/ 2018 e respetivas adendas, o que configura a prática de contraordenação ambiental muito grave, prevista na c) do n.º 3 do art.º 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €10 000 a €200 000 (pessoa singular, alínea a) do n.º 4).

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: Envio de ofício a informar o operador das infrações identificadas e da necessidade que esse tem de informar a Inspeção Regional do Ambiente, comprovando-o até ao dia 30 de junho de 2022, relativamente ao processo da total cessação das operações de gestão de resíduos, nomeadamente: a remoção das estruturas existentes de apoio à gestão de resíduos, bem como a recolha, limpeza e devido encaminhamento dos resíduos atualmente detidos para operadores licenciados.